

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 185/2011

POLÍTICA E ÉTICA III

Quero encerrar este tema mas a importância dele me exige mais um Correio, além da intenção de um dia escrever um livro ou, pelo menos, modestamente, um ensaio de umas 30 páginas. A Ética fala da melhor conduta no relacionamento entre as pessoas na sociedade; a Política da melhor conduta na organização e execução do poder nessas sociedades; são as duas coisas mais importantes para a vida humana em coletividade. Por isso mesmo, Ética e Filosofia Política ocupam a maior parte da biblioteca do pensamento humano elaborado ao longo dos milênios. A Ciência é decisiva quando incorporada à vida social sob as vistas da Política.

Eu afirmei, nos Correios anteriores, que as áreas onde se manifestam os conflitos honestos, admissíveis, entre Ética e Política são aquelas da violência, da mentira e da permissividade. Violência e permissividade são práticas políticas correntes, são recursos que a Política usa para alcançar os resultados que necessariamente tem de obter por compromisso e demanda da sociedade. Usa-os até um certo limite admissível, isto é, que a sociedade julga admissível, que a sociedade tolera como admissível e em muitos casos autoriza explicitamente. Não cabe uma discussão sobre esses limites, essa franja que se alarga um pouco além da lei e da moral explícita; nem uma definição mais ou menos precisa dela; a sociedade sente em cada momento até onde vão esses limites, e condena ou absolve as respectivas práticas, conforme esse sentimento. O certo é que esses limites de tolerância se têm estreitado substancial e continuamente no curso da evolução da Humanidade, e algumas práticas estão definitivamente condenadas nesse processo: Por exemplo, tortura e crueldade nunca mais; a pena de morte está em vias de extinção; pessoalmente, acredito que a guerra também.

Na área da mentira, a discussão é mais rica, e até mesmo divertida. Platão, há dois mil e quinhentos anos, já dizia que há um certo direito à mentira para duas categorias humanas: o médico junto ao cliente, e o dirigente político junto à sociedade. Não é difícil entender: se um governante pretende realizar uma reforma econômica, que exige um tempo de preparação e um sigilo para ter efeito, e durante este tempo é indagado publicamente se pretende fazer alguma reforma, ele é moralmente obrigado a negar, a mentir e dizer que não vai fazer a tal reforma.

São vários os casos admissíveis de mentiras desse tipo, seja de prevenção, como a que foi citada, seja de animação, quando o governante é obrigado a fazer afirmações animadoras de otimismo diante de situações graves (falar de marola em vez de onda, por exemplo). Não faz muito, um ministro da fazenda foi demitido porque confessou, publicamente sem o saber, que apresentava as coisas boas e escondia as ruins. Teve que ser demitido porque foi flagrado mas não saiu manchado de imoralidade, nem mesmo perdeu o prestígio de que desfruta. O povo aprendeu a distinguir as faltas graves e a tolerar certa flexibilidade na verdade dos políticos, a ponto de incluir uma dose de esperteza (jogo de cintura) na caracterização do bom político. O exemplo histórico do Brasil é o da figura de Juscelino Kubitschek. Tancredo Neves poderia também ser mencionado.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 185/2011

Outra categoria de mentira política tolerada até um limite está na apresentação dos candidatos numa eleição. A democracia, o menos ruim dos sistemas políticos, baseia-se na escolha dos dirigentes pelo voto universal. E o eleitor, ser humano, não é um ente inteiramente racional mas decide este voto movido por muitas motivações, entre as quais a simpatia, o carisma, o caráter afirmativo, as atitudes, o olhar e o gesto convincentes, assim como as coisas que o candidato acredita e diz, os compromissos que assume, muitas vezes pensando honestamente em cumpri-los, passando por cima das imposições da realidade. Enfim, o voto se decide por um conjunto de fatores que não correspondem perfeitamente à realidade do candidato, à verdade do conteúdo do candidato, mas tomam a forma pela qual ele necessariamente se apresenta na campanha, sob pena de ser derrotado. Os cientistas políticos, conselheiros de campanha, chamados marqueteiros, são cada vez mais importantes no desenho dessa apresentação dos candidatos. E o eleitor sabe, o povo sabe que o candidato que se mostrar absolutamente verdadeiro, só falar a verdade e nada mais que a verdade, sem nenhuma maquiagem, tem muito pouca probabilidade de ser eleito. O povo sabe e aprende, na prática democrática, aprende a traçar os limites do admissível, do aceitável. Daí a importância decisiva da prática da democracia na formação da cultura política do povo.

Finalmente, quero sustentar que uma via de restauração do encontro da Política com a Ética é a prática da confissão “ex-post”. Os políticos que confessam publicamente suas faltas éticas passadas e apresentam boas razões de justificativa, não somente têm a benevolência e a aceitação como até mesmo a admiração da sociedade. Este é um caminho seguro de reparação permanente dos laços indispensáveis entre a Ética e a Política. A mim me parece uma exigência que a Humanidade vai colocando para o aperfeiçoamento da democracia. E eu creio neste aperfeiçoamento.

Bem, termino repetindo o que disse no início desta série: Esses conflitos honestos, atritos naturais entre a Ética e a Política nada têm a ver com a roubalheira despudorada que vem sendo mostrada com muita frequência em nosso País e em muitos outros. E essa roubalheira tem a ver, sim, com a disseminação da corrupção dentro da própria sociedade. Vez por outra aparecem na imprensa levantamentos sobre a existência e a ação dos agentes corruptores numa sociedade, e o Brasil, infelizmente, não aparece bem situado nesse ranking mundial.

Ainda uma observação final, da maior relevância: além desta Ética relativa ao comportamento das pessoas, é preciso atender também às exigências da Ética da Justiça, da Justiça Social, que os conservadores e realistas costumam desprezar, invocando a realidade das sociedades humanas desde o princípio dos tempos. A busca desta Ética de um plano mais elevado é uma das atribuições da Política; para muitos, como eu, é a principal.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturnino.braga@uol.com.br
www.saturninobraga.com.br